

Elaborar presença e ausência:

o desaparecimento forçado de pessoas trans na Baixada Fluminense¹

Augusto Torres Perillo, UFRRJ, Rio de Janeiro.

Isabella A. Guimarães, UFPel, Rio Grande do Sul.

Palavras- chave: Desaparecimento forçado; LGBTQIAP+; Violência.

O presente trabalho é uma reflexão acerca da pesquisa intitulada “Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro”, realizada em 2021. A pesquisa é fruto da parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do grupo de pesquisa Observatório Fluminense, e o Fórum Grita Baixada. Ela traz o mapeamento das diferentes dinâmicas de se fazer desaparecer pessoas na Baixada Fluminense.

O mapeamento realizado apresentou um vazio quantitativo: não houve notícia de desaparecimento de pessoas transgêneras² no recorte temporal realizado entre 2016-2020. A tabela produzida para a pesquisa foi dividida nas categorias de raça, gênero, idade, territorialidade e se o corpo foi encontrado ou não após a denúncia. O vazio como dado se apresenta ao se interseccionar com os dossiês "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras"³ que demonstra o sudeste como a região que mais mata pessoas trans. Em 2018, o Rio de Janeiro liderou o ranking de assassinatos com 16 pessoas e a mídia, como mostrou o mesmo dossiê, não respeita o nome social das vítimas expondo o nome de registro de nascimento e, consequentemente, produz desinformações sobre violências contra pessoas trans.

O desaparecimento forçado de pessoas é um fenômeno criminal que está presente desde a origem da formação do Estado brasileiro. Na legislação internacional, a tipificação do crime de desaparecimento forçado é um esforço internacional de pactuar um entendimento a partir da Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

² O termo inclui homens e mulheres trans, travestis, pessoas trans não binárias, transmasculines, gênero fluido, entre outros.

³ Dossiê "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras 2020". Acesso em <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>> e Dossiê "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras 2023". Acesso em <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>>

Desaparecimentos Forçados, da ONU, da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), do Estatuto de Roma e da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento (Boiteux e Santos, 2012).

A ONU se manifestou em 1978, categorizando o desaparecimento forçado como:

A violação complexa de direitos fundamentais, alguns inderrogáveis, praticada por agentes públicos (geralmente os encarregados da segurança e/ou cumprimento das normas jurídicas), em que, de forma arbitrária, violenta e à margem da lei, detêm, encarceram, e, não raras vezes, assassinam pessoas, não informando os fatos, o paradeiro da vítima ou a motivação da ação a quem de direito. Trata-se, desse modo, em qualquer situação ou circunstância, de um crime injustificável contra o direito à vida à liberdade e à segurança pessoais, composto mediante tortura ou tratamento, pena ou castigo cruéis, e apartado do devido processo legal. Acima da normalidade, tem em suas consequências extrapoladas além da vítima principal, seja em relação à angústia e à dor intermitente do cônjuge, dos filhos, dos parentes e dos amigos, que as circunstâncias do desaparecimento causam, seja na insegurança coletiva gerada por esses crimes, já que os ofensores (diretos ou indiretos) aos direitos fundamentais implicados são justamente os encarregados de garanti-los na entidade estatal (JARDIM, 1999: 33-34 APUD ARAÚJO, 2014: 39).

A travessia de caravelas pelo Atlântico de africanos sequestrados de seu território apresentou um número expressivo de pessoas que foram desovadas em alto-mar. De acordo com o site *Slave Voyages*⁴, 5.848.266 negros foram retirados do continente africano e trazidos para o Brasil entre 1501 e 1875 sendo que apenas 5.099.816 chegaram ao Brasil, são nesse período 748.450 pessoas desaparecidas. O desaparecimento forçado também está presente na história dos povos indígenas, como é o caso do povo Tupinambá, que foram declarados extintos pelo Estado no final do século XIX, para que suas terras fossem usurpadas pelos latifúndios de cacau (Helen UBINGER, 2012; Mariana MENDES, 2019).

⁴ Informações disponíveis em: ><https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates><, acesso em 29 de maio de 2024.

Embora ainda incipiente para o grau de complexidade que o fenômeno do desaparecimento se apresenta hoje, o DNA da brutalidade colonial que arregimentou o nosso Estado apresenta genes que perpassam períodos históricos em que a violência se apresenta como uma constante. Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), a construção das identidades raciais, negro, indígena e mestiço, foi fundamental para a estruturação da dominação e diferenciação entre europeus e os não-europeus. As identidades raciais foram associadas à hierarquia, lugar/papel social infringindo classificação visual a partir da cultura e traços biológicos, como o politeísmo, cor da pele, formato do crânio, etc.. A diferença racial foi essencial para a divisão racial e geográfica do trabalho e por consequência, do poder. Ao relacionar trabalho e raça, Quijano conceitua a colonialidade, que se refere a permanência do *modus operandi* do período colonial e imperialista a partir das identidades e a estruturação do trabalho. As mesmas maneiras de praticar violência perpetuam pelo tempo, elas se alteram, se complexifica, vestem novas roupagens mas nunca muda o alvo e o ímpeto de subordinação, expropriação e aniquilação.

O terror orientado por tais práticas, portanto, apresenta duas dimensões: o corpo e o território. Em “Vigiar e Punir” (1999), Michel Foucault inaugura sua exposição abordando variadas formas de punição, com a utilização de diferentes artifícios para causar sofrimento, ao longo da história medieval sobre o corpo do condenado. Ele afirma, portanto, que:

Em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata (Foucault, p. 28, 1999).

O que o Foucault organiza como crítica ao sistema de punições disciplinares, regulamentado por uma racionalidade histórica que estrutura o Estado moderno, pode ser aferido quando o corpo se mostra ainda como o *locus* de práticas de terror e punição de diferentes agentes criminosos estatais ou não.

No caso deste trabalho, ainda em desenvolvimento, não elaboramos sobre os vivos, mas sobre as pessoas que são mortas e seus corpos são [ou sofrem tentativa de serem] desaparecidos a partir de uma multiplicidade de técnicas. Como método, exploramos o estranhamento em seu sentido antropológico ao tentar destrinchar as possíveis elaborações sobre o porquê, nos dados encontrados no “Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro”, a região mais violenta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no país que mais assassina pessoas LGBTQIAP+ no Mundo, não constam relatos de pessoas trans forçadamente desaparecidas.

A nossa investigação se baseia em três pilares: a compreensão do corpo enquanto locus de um processo colonial de fabricação de rótulos sociais que se orienta a partir de uma violência constituída historicamente; o segundo, o território enquanto extensão do corpo e a Baixada Fluminense enquanto uma inscrição territorial dessa violência; e o último, a discussão das técnicas de se fazer desaparecer enquanto linguagem ornada pela masculinidade. Para compreender as narrativas que constroem a morte e a vida de pessoas trans, buscamos pistas na literatura das ciências sociais, em entrevistas semi-estruturadas com pessoas que atuam no território, explicações sobre a invisibilidade da identidade de pessoas trans nas denúncias de *Facebook* sobre pessoas desaparecidas.

Identidade enquanto violência colonial

Quem e como se narra a vida após a morte? Que tipos de corporalidade tem o direito à memória e continuidade? Essas são questões centrais quando refletimos sobre pessoas LGBTQIAP+ e/ou racializadas. Segundo o relatório “Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro” os sujeitos que estão na mira do desaparecimento forçado são jovens pretos e pardos. De acordo com os dossiês da ANTRA⁵ e do Observatório de Mortes e violências LGBTI+ no Brasil⁶ mulheres trans e travestis sendo a maioria pretas e pardas são quantitativamente as maiores vítimas de violência entre as pessoas LGBTQIAP+. Ao cruzar o relatório sobre o desaparecimento forçado e os dois dossiês sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ nos deparamos com a seguinte questão: na pesquisa exploratório no Facebook não foi achada nenhuma pessoa heteroidentificada⁷ como trans, sem descrição sobre transgeneridade e nenhuma menção sobre relacionamento hétero ou homoafetivo. Os dados do disque denúncia também não existem as categorias de gênero e sexualidade, a categoria mobilizadora para diferenciação é "sexo" sendo ele: masculino ou feminino. Partimos então da hipótese de que pessoas trans estão tendo sua transgeneridade invisibilidade quando são vítimas de desaparecimento forçado. Outro motivo para o recorte escolhido, é a materialização da dissidência de gênero/sexualidade no corpo de algumas pessoas trans, como cirurgias, próteses, e aspectos estéticos como unha, cabelo, sobrancelhas que são elencados como femininos. É importante destacar que compreendemos a indissociabilidade da comunidade LGBTQIAP+ a identidade trans foi destacada como justificada anteriormente, a fim de possibilitar uma entrada em um debate mais amplo e complexo. Nesse sentido, nossa hipótese é que a violência tem gênero, sexualidade, raça e territorialidade.

⁵ANTRA- Associação Nacional de Travestis e Transexuais, criada em 1992. Mapeia de maneira autônoma anualmente mortes e violência contra mulheres trans e travestis. Acesso em <<https://antrabrasil.org/>>

⁶ Observatório de Mortes e violências LGBTI+ no Brasil, antigo Grupo Gay da Bahia produz dossiês da violência desde 2011, de maneira independente. Acesso em <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>>

⁷ A classificação de pessoas a partir de traços físicos, biológicos e performáticos é denominada como heteroidentificação, ou seja, é um sistema de afirmação da identidade a partir dos binarismos, como branco X preto, homem X mulher, cis X trans.

Território, corpo e periferia

A Baixada Fluminense é constituída por 13 municípios⁸ e, de acordo com o último censo do IBGE, a população é de cerca de 3 milhões e 500 mil habitantes⁹. Ao longo de sua história, a Baixada sofreu com o processo de periferização (Alexandre, 2020). Embora pertencente a região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada acumula os piores índices de IDH, emprego e renda, ausência de políticas públicas e oportunidades de trabalho forçando a sua população a subempregos e a longínquos deslocamentos até a capital do Estado¹⁰.

Essas confluências de características negativas, de ausência de uma política que enfrente tais mazelas, têm constituições históricas coloniais. Tal região foi destino de comunidades indígenas, como os Jacutingas e Trairapongas (Souza e Ribeiro, 2021), e de quilombos formados por africanos escravizados que resistiram em fazendas. As incursões dos colonizadores na região era movida por violência e motivada pela tentativa de desaparecer os povos aqui existentes.

Portanto, ao contextualizar esta região como periferia da periferia do capitalismo, acentuamos a racialização dos moradores desse território como um dos vetores da violência de Estado tanto na execução dos instrumentos de terror quanto na omissão na realização de protocolos e políticas de enfrentamento a violência. De acordo com Mbembe, as pessoas que são despossuídas têm direito à vida digna e esses corpos têm gênero/sexualidade, raça/etnia e classe e, adicionaremos: elas também possuem CEP¹¹.

⁸ São eles: Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Seropédica, Magé, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Paracambi e Guapimirim.

⁹ A estimativa foi realizada a partir do somatório da população de cada município no “Portal Cidades”, ><https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/><, acesso em 30 de maio de 2024.

¹⁰ Essas e outras informações podem ser checadas no “Mapa da Desigualdade”, de 2023, da Casa Fluminense. ><https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>< acesso em 30 de maio de 2024.

¹¹ Código de Endereçamento Postal.

Desaparecimento forçado de pessoas LGBTQIAPN+ como expressão da masculinidade

Para o antropólogo Wemi Soares (2023), a percepção dos corpos é interpretada pela sua materialidade previamente codificada pelo sistema de gênero, sexualidade e raça. Em suas palavras:

a realidade material dos corpos é compreendida a partir do sexo biológico, ou seja, a anatomia física é apresentada como aquilo que existe antes de tudo e determina comportamentos sexual dos gêneros e suas funções sociais. (Wemi Soares, 2023, p. 30.)

Assim, como descrito por Aníbal Quijano e Maria Lugones, o sistema de identificação é sobretudo visual e estabelecido a partir das categorias coloniais de raça e gênero/sexualidade. Para Wemi, a produção do corpo que rompe com a lógica da máquina colonial estabelece outras maneiras de produção de si mesmo, as referências para a produção de outras corporalidades está na insistência de pessoas que nunca se enquadraram no binômio mulher/homem.

A construção da masculinidade e da violência são ideologicamente constituídos, de mãos dadas. A construção binária do gênero, é hierárquica assim como a raça. O homem é forte, a mulher é fraca, o homem é racional, a mulher é emocional, etc.. A construção da masculinidade começa desde cedo, com a roupa azul e o acesso a brincadeiras, brinquedos, filmes e desenhos violentos. As crianças identificadas como meninos pelo seu entorno são preparadas para lidar-viver-suportar ambientes violentos e aprendem a habilidade de ser violento, por isso, precisa ser mais forte. Por consequência, os homens são os que mais matam e os que mais morrem¹².

A violência, neste caso, é representada por uma série de técnicas compartilhadas por criminosos. Nos interessa, neste caso, as ocultações - ou tentativas - de ocultação de corpos.

¹² A referência desse trecho é a ciberexposição "Vira Homem" do AMAA. Acesso em <<http://www.amaacervos.com.br/virahomem/>>

Metodologia da pesquisa

Este artigo, é um desdobramento da pesquisa intitulada “Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro”, realizada pelo Observatório Fluminense, grupo de pesquisa vinculado a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e ao Fórum Grita Baixada, importante movimento social em defesa dos direitos humanos, sediado em Nova Iguaçu. A pesquisa se orientou por enquadrar as investigações no território denominado Baixada Fluminense por, historicamente “desde sua fase colonial, sempre conviveu com o assassinato e ocultação de cadáver” (Araújo; Pinto; Alves, 2023) ser terreno de disputas políticas, econômicas e sociais com envolvimento da violência.

A pesquisa em andamento, se inicia com *um estranhamento*, que permeia as conversas informais entre a autora e o autor deste texto. O estranhamento, no caso: se o Brasil é o país que mais mata pessoas trans, em especial, mulheres trans, porque elas não aparecem na pesquisa do Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense?

No modo de curiosidade particular desenvolvido nos anos de formação em Antropologia e Sociologia, começamos a materializar nosso *estranhamento*. Essa prática, que não é apenas método, para a antropologia se chama Etnografia. Mariza Peirano (2014) em sua contundente discussão sobre a maneira quase ontológica que a etnografia se apresenta para as antropólogas, afirma que não há apenas um modo de se fazer etnografia, ela é diversa por definição e excelência.

No processo de prospecção de pesquisa estamos utilizando a pesquisa bibliográfica especializada como fonte privilegiada que nos contextualiza de uma história de longa duração da América Latina, Brasil e Rio de Janeiro. A escala temporal e geográfica é fundamental, nos permite perceber similaridades e discontinuidades no *modus operandi* do capital-colonialismo. Os dossiês da violência sobre população em geral produzido pelo IPEA, os dossiês produzidos pela Antra e Grupo Gay da Bahia são os bancos de dados que nos permitem quantificar a violência¹³. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com a ONG Casa de Acolhimento Dulce Seixas e com os coordenadores dos Centros de Cidadania LGBTQ+ da Baixada Fluminense.

¹³ Para a continuidade da pesquisa, estamos entrando em contato com a Antra, Grupo Gay da Bahia, e os coordenadores da política pública Rio sem LGBTQfobia, para dados da violência da Baixada Fluminense.

As entrevistas foram realizadas de forma virtual onde a pergunta central consistiu em indagar se haviam pessoas trans desaparecidas, se sim, quais os encaminhamentos. O diálogo estava aberto para outras formas de violência e na escuta atenta às demandas que diariamente os agentes enfrentam. É necessário pontuar que a escolha por fazer entrevistas semi-estruturadas de maneira online se deu primeiro, pela compreensão da sobrecarga do serviço público. Logo, tentamos ser os mais pontuais possível; segundo, por compreender a internet como incorporada à vida cotidiana. As entrevistas são o primeiro passo para a construção de uma relação contínua de pesquisa que busca compreender os dados e comunicar os resultados parciais da pesquisa.

Resultados parciais

Movimento social:

A pesquisa se inicia com uma conversa com a psicóloga Xica Manicongo¹⁴, atua junto a coordenadora da Casa de Acolhimento Dulce Seixas. A casa Dulce Seixas, fundada em 2009¹⁵, é uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAP+, ponto de referência sobre acessibilidade à direitos básicos para o território em que está inserida, atuando juntamente com o centro de cidadania e o CREIAS de Nova Iguaçu, e como terreira de candomblé Ilê Omim Dewá Asé Odé.

A casa é procurada para lidar com: violência doméstica, catadores de reciclagem, pessoas que estiveram encarceradas e privadas de liberdade, crianças, adolescentes e idosos. A casa atua como abrigo, distribuição de cestas básicas, apoio/direcionamento jurídico e médicos e capacitação. Cerca de 20 pessoas moram atualmente na casa.

Xica Manicongo com muita simpatia e firmeza nos contou sobre a história da casa e seus problemas comuns enfrentados. Quando questionada sobre o desaparecimentos forçados e violência contra pessoas trans, ela afirma que ela não tem conhecimento sobre desaparecimento forçado na casa, ela sempre inclui pessoas gays e lésbicas ao seu discurso, também inferindo raça quando preto. Xica diz que não há casos de desaparecimento forçado, nesse momento ela junta suas mãos e diz "*graças à deus*". Mas houve três assassinatos, uma pessoas que não obteve acesso a saúde de qualidade,

¹⁴ O nome das e dos entrevistados vão ser alterados para fins de segurança. Xica Manicongo é a primeira travesti documentada na história do Brasil, seu nome está documentado porque foi morta pelo estado colonial. Hoje seu nome é significado de resistência e vida, houveram e há de haver tantas Xicas Manicongos, a morte não é o fim.

¹⁵ Informação retirada do site Rio on Watch, acesso em ><https://rioonwatch.org.br/?p=68744><

as pessoas queriam saber o nome "verdadeiro" sendo que essa pessoa era retificada. Segundo Xica, o diagnóstico era de câncer, *"um homem gay preto morreu por não conseguir acesso adequado ao tratamento de saúde mental, era esquizofrênico e dependente químico. Falta o olhar humano do Estado"*. A outra morte foi uma travesti que morreu de hipotermia no inverno, ela morava na rua. *"A gente pede socorro a todo mundo"*. Também citou um caso que, segundo ela, ganhou espaço nos jornais, o caso da técnica em enfermagem, Julia, assassinada por crime de ódio.

Ela chama nossa atenção para a dificuldade de denunciar sendo pessoas LGBTQIAP+, onde na delegacia da mulher não tipifica o crime de LGBTfobia não estão preparadas, muito menos nas delegacias não especializadas. Dessa forma, os crimes são classificados e colocados no sistema como: tentativa de assalto, briga de rua, desentendimento comercial, *"N motivos"*. *"Agentes [do Estado] não colocam a verdadeira natureza do crime"*. Esse processo dificulta a produção de dados e o acolhimento adequado das vítimas. Acontecendo dessa maneira a revitimização, ou seja, levando a luta pelo acesso ao direito sendo que nesse processo as pessoas são desqualificadas, invisibilizadas e violentadas. Xica vai chamar atenção para a fragilidade dos direitos para a população LGBT, em especial, a não consagração na constituição desses direitos. Quando questionada sobre a relacionalidade com outras cidades, em especial, Duque de Caxias, Queimados e Belford Roxo, as cidades com mais números de assassinatos de pessoas trans na baixada, ela diz que a união das "fobias" mais política e mais milícia cria um estado de medo entre as pessoas para se organizarem contra as violências. Com referência a Baixada Fluminense, ela argumenta que a invisibilidade da região em relação a cidade do Rio de Janeiro reflete na falta de emprego, falta de editais e chamamentos públicos e privados, falta de investimentos para o desenvolvimento da região.

Gestores públicos:

Ao conversar com a representante da Casa Dulce Seixas, ela nos indicou que os Centro de Cidadania da Baixada, órgãos municipais, normalmente submetidos às secretarias municipais de assistência social, realizam atendimento de pessoas LGBTQIAPN+ por desenvolverem políticas voltadas para esses grupos. Portanto, muitos crimes são levados para essas secretarias pela falta de confiança com as delegacias.

Neste sentido, constatamos quatro centros e, por incompatibilidade de agenda, conseguimos a realização com gestores municipais do Centro de Cidadania Baixada 1, localizado em Duque de Caxias, e do Centro de Cidadania Baixada 2, localizado em Japeri. Ambos os centros, de fato, de alguma forma, desempenham papéis institucionais de outros órgãos e instituições pela complexidade e fragilidade que as questões relacionadas à violência contra a população LGBTQUIAPN+ possuem.

A Morgana, do Baixada 2, relatou a ausência de casos de desaparecimento de pessoas transgêneros no recorte temporal de 2016 até a contemporaneidade. Os casos que aparecem envolvem injúrias, violência doméstica e por intolerância. Ela lembrou que, há muito tempo (não soube precisar, mas havia mais de década), teve dois casos: o corpo de um homem gay branco foi enterrado como indigente e o motivo foi crime de ódio; e uma mulher lésbica, negra, executada pelo tráfico; ambos em Belford Roxo. Relatou que esteve na busca por esses dois corpos à época e que o delegado não quis “*ajudar de primeira*”, mas ao longo do tempo “*ele quis ajudar*” embora, a todo momento, ele dissesse que já havia provas o suficiente, mesmo, ao juízo da Morgana, não as tivesse.

O destaque dado pela gestora é que pelo fato dela própria pertencer a comunidade LGBTQUIAPN+, militante organizada pelos direitos desta mesma comunidade, e não ser policial, a possibilitou estar em lugares para obter informações sobre os paradeiros das vítimas que a polícia era impossibilitada, como: pontos de prostituições e de venda de drogas. No fim, ela ressalta, que são os familiares e movimentos sociais que realizam as investigações devido ao desinteresse do Estado e o “boca a boca” fundamental para a obtenção de informações.

Ao final da entrevista, ela lembrou de dois casos recentes de tentativa de ocultação de cadáveres. O primeiro, em 2021, gay e menor de idade, pardo, carbonizado em campo de golfe em Japeri. O corpo foi violentado sexualmente e o reconhecimento da identidade só foi possível pela arcada dentária. O outro, um homem gay branco, morava em Japeri, mas seu corpo foi localizado em Austin - Nova Iguaçu, encontrado numa vala. De acordo com a gestora, ambos foram crimes de ódio.

Marielle e Anderson da Baixada 1, já iniciaram a conversa afirmando “*nem tudo chega na gente*” afirmando que há violências que não chegam nem no centro de referência. Relatou não haver usuários desaparecidos. Mas em 2023, aconteceram três homicídios dos quais o centro de referência foi acionado para encaminhar os processos. Uma travesti, de 23 anos, parda, morava com a família, foi esquartejada, a família

encontrou o corpo através da última viagem de uber, eles foram acionados enquanto militantes. Um homem gay, com cerca de 30 anos, preto, foi assassinado, morava com a família, passou por tentativa de desaparecimento, o corpo estava longe de suas rotas de rotina. Uma travesti, entre 20 e 30 anos, parda, foi baleada e carbonizada, a polícia não queria documentar como LGBTfobia, por meio da resistência do centro de referência e sua família, ela foi sultada com o seu nome social.

Nessa conversa tivemos a informação que *"existe sim dados sobre violência mas o Estado não quer ver isso"*, Anderson nos informa que todos os casos atendidos no centro referência abastace um sistema de dados que contém as violências vividas por pessoas LGBTQIAP+. Anderson argumenta que as informações não circulam entre as instituições, ou seja, os dados gerados pelo centro de referência são isolados dos dados produzidos pela polícia, pela saúde, etc.. Isolamento esse, que se materializa na dificuldade na produção de políticas públicas que estejam de acordo com a realidade material, dos problemas enfrentados cotidianamente por pessoas LGBTQIAP+ no exercício de sua cidadania. Marielle e Anderson, nos conta que para facilitar o acesso dos usuários todos os gestores dos centros de referência LGBTQIP+ são ativistas com longa jornada militante, isso facilita a adesão da população à política pública.

Conclusões

O pontapé inicial para este artigo foi um “não dado”. Melhor dizendo, uma ausência programada pelo Estado brasileiro que dificulta na produção e divulgação de informações sobre a população LGBTQIAPN+ e, com isso, dificulta o debate público e a produção científica sobre tais fenômenos.

No total, foram narrados sem precisão de datas, o assassinato de quatro mulheres trans e cinco de homens gays. As entrevistas apresentaram duas narrativas importantes: a primeira é que a morte de mulheres trans e travestis não acontece de maneira escondida, mas sim, de maneira pública; a segunda, que a maioria dos relatos de desaparecimento forçado é de homens gays. A maioria dos casos narrados de mulheres trans não envolveram o desaparecimento dos corpos, e as entrevistas, relataram que os casos ganharam as mídias. Já os casos dos homens gays, segundo as entrevistadas, não houveram destaque na mídia e todos houveram tentativa de desaparecimento do corpo.

“Fazer desaparecer”, enquanto fenômeno socioantropológico, se inscreve em dinâmicas que reproduzem estruturas (racismo, sexismo, colonial e capitalismo) e se apresentam como linguagem fruto de fricções entre diferentes grupos criminosos armados na disputa de mercado ilegais. Ainda assim, o corpo e território se apresentam como *locus* do exercício da soberania.

Referências:

JARDIM, Tarciso Dal Maso. Brasil condenado a legislar pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: da obrigação de tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoas. Textos para discussão, v. 83, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-83-brasil-condenado-a-legislar-pela-corte-interamericana-de-direitos-humanos-da-obrigacao-de-tipificar-o-crime-de-desaparecimento-forcado-de-pessoas>>.

UBINGER, Helen Catalina. Os Tupinambá da Serra do Padeiro: religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena. 2012.

MENDES, Mariana Vilas Bôas. A retomada Tupinambá no tribunal de justiça: controvérsias sociotécnicas e conflitos ontológicos na demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. 2019.

ALEXANDRE, Maria L. B. da S. Uma Baixada, Muitos Sentidos: As Representações da Região A Partir da Imprensa (Nova Iguaçu, 1957 - 1962). In: ROCHA, André S. da. Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (Re)Descobertas Histórico-Geográficas. 1º ed., ASAMIH, 2020, 315 p.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

SOUZA, Marlúcia Santos de e RIBEIRO, Simone Orlando. Memórias Ancestrais no Norte e Oeste das Cercanias da Guanabara: No Tempo das Conchas e da Jacutinga. In: Revista Pilares da História. Ano 20. No 19. Junho de 2021. P.37-45.

PEREIRA, Wemi Soares. *NÃO É LINEAR, É EXTRAORDINÁRIO E MONSTRUOSO! uma autoetnografia desenhada da transgeneridade*. Orientadora: Loredana Ribeiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

LUGONES, María. Gênero e colonialidade.[Hollanda, Heloísa Buarque de (org.)]. **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**, 2020.

ARAÚJO, Adriano, PINTO, Nalayne M., ALVES, José Cláudio S. Desaparecimento forçado: vidas interrompidas na Baixada Fluminense / Organizadores Adriano Moreira de Araujo... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023, p. 178.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, v. 20, p. 377-391, 2014.